



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

EFEITO CROWDING-OUT (EXCLUSÃO) ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE RENDA E SERVIÇOS PÚBLICOS: ANÁLISE EM PAÍSES DA OCDE

LUCIANO HENRIQUE FIALHO BOTELHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

THIAGO DE MELO TEIXEIRA DA COSTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA LOUZANO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)

DAVI AUGUSTO SANTANA DE LELIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

EFEITO *CROWDING-OUT* (EXCLUSÃO) ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE RENDA E SERVIÇOS PÚBLICOS: ANÁLISE EM PAÍSES DA OCDE

1. INTRODUÇÃO

O século XXI tem sido marcado pela retomada de problemas globais que pareceriam estar em processos de mitigação, caso das desigualdades sociais e exclusões econômicas. Dentre os motivos desse retrocesso, a literatura da área destaca a retomada neoliberal e políticas de austeridade, precarizações trabalhistas resultantes da globalização e economia digital e tecnológica, a qual acaba deixando cidadãos a margem do mercado de trabalho (BRESSER-PEREIRA, 2017; HEMERIJCK, 2017; KHOMA; VDOVYCHYN, 2020; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; PIKETTY, 2020, 2014). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que envolve 43 países, entre membros e parceiros, de todos os continentes, também diagnosticou tal cenário e tem desenvolvido propostas globais com foco no combate à crescente desigualdade e distorção econômica (OCDE, 2021).

O Estado de bem-estar social, que trabalha sobre o pressuposto de que o Estado deve fornecer garantias de vida digna e segurança através de investimento público em políticas sociais, insere-se novamente ao debate político, após a expansão do neoliberalismo iniciada nos anos de 1970 e os problemas resultantes citados (DRAIBE; RIESCO, 2011; KERSTENETZKY; GUEDES, 2018; PIKETTY, 2014). No contexto do Estado de bem-estar social, uma das funções essenciais do Estado consiste na geração de segurança financeira ao cidadão (CARVALHO, 2020; HEMERIJCK, 2017).

Políticas públicas de renda, aquelas responsáveis pelo fornecimento de recursos financeiro por diferentes formas e com variados objetivos, portanto, são relevantes. Todavia, conforme retrata Noel (2019), são escassas pesquisas empíricas sobre políticas de renda, as quais são, em certa medida, negligenciadas pelos estudiosos do Estado de bem-estar social. Nos trabalhos existentes, ademais, verificam-se resultados que se opõem sobre a importância do investimento público em políticas de renda (KHOMA; VDOVYCHYN, 2020; MARTINELLI, 2020; SARACENO; SEMMLER; YOUNG, 2020; WISPELAERE; STIRTON, 2017).

Banerjee e Duflo (2020) e Kim e Choi (2020), além disso, têm dialogado a respeito de supostas disputas orçamentárias no âmbito dos Estados de bem-estar, sendo que políticas de renda podem, para sua consolidação, retirarem recursos de serviços públicos ou até mesmo inviabilizar políticas mais benéficas à promoção de desenvolvimento, dessa forma pode existir um efeito *crowding-out*, o qual entende que para um orçamento crescer outro precisa reduzir. Tal análise se faz mais evidente diante do âmbito ainda de austeridade, que se baseia na necessidade de cortes de gastos ou reformas fiscais para gerar desenvolvimento (ROSSI; DWECK; ARANTE, 2018).

Diante do exposto, o presente artigo trabalha sobre as seguintes questões balizadoras de pesquisa: Da expansão neoliberal dos anos 70 à mudança tecnológica do início do século XXI até a contemporaneidade, houve elevação orçamentária para as políticas públicas de renda? Existe relação de exclusão entre os orçamentários das políticas públicas de renda e dos serviços públicos como educação e saúde? Assim, objetiva-se apresentar o avanço temporal do orçamento das políticas públicas de renda, entre 1970 e 2019, e analisar se existe efeito *crowding-out* (exclusão) entre orçamentos de políticas de renda e investimentos sociais em serviços públicos, como educação e saúde, de 2000 a 2019, em países da OCDE.

Entende-se que a importância socioeconômica das políticas de renda, assim como a existência de poucos trabalhos na literatura da administração pública sobre o presente

tema, torna esta pesquisa relevante para a área. Optou-se por analisar os países da OCDE, o que possibilita a utilização de um rico banco de dados, com informações sobre políticas de transferência de renda e entrega de serviços públicos desde 1970. Castles (2005) e Kautoo (2002) desenvolveram pesquisas semelhantes, todavia ainda com dados da década de 1990 e número menor de países.

Neste artigo será possível embarcar um amplo período temporal (1970-2019), além de incluir mais países, a exemplo do Brasil, que no início da década de 2000 expandiu o Programa Bolsa Família, grande política de transferência condicionada de renda, e vivenciou ações de austeridade redutoras de direitos sociais, como reformas previdenciárias, além de valorizações e cortes nos sistemas públicos de educação e saúde (CARVALHO, 2020; RIBEIRO; MIRANDA, 2019; SALVADOR, 2017).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Estado de Bem-Estar Social e Políticas Públicas de Renda

O Estado de bem-estar social representa um sistema de proteção social universal a partir da ação social e intervenção econômica do Estado (ESPING-ANDERSEN, 1990). Tal organização teve sua primeira formação de sucesso na Inglaterra em 1942, com um plano estatal baseado em políticas *Keynesianos-Beveridgianos* para assistir as sociedades em períodos de complexidades humanitárias pós-guerras mundiais (ESPING-ANDERSEN, 1990; HOBBSAWM, 1995).

No início do século XXI surgiram grupos de estudiosos propondo um novo Estado de bem-estar social (ESPING-ANDERSEN, 2002; HEMERIJCK, 2017). Tem-se uma alteração de interpretação sobre a aplicação de recursos públicos, sendo que o gasto social passa a ser visualizado como investimento social, ao passo que corrobora para o desenvolvimento (DRAIBE; RIESCO, 2011). Ademais, visando adequar o modelo *Keynesianos-Beveridgianos* as diferentes realidades econômicas e trabalhistas, que envolve globalização e extensão tecnológica e digital, o novo Estado de bem-estar estabeleceu três pilares de bem-estar:

(1) facilitação do ‘fluxo’ do mercado de trabalho contemporâneo e de transições no curso de vida; (2) elevação da qualidade do ‘estoque’ de capital humano e de capacidades; e (3) manutenção de redes sólidas de segurança universal de renda mínima como proteção social e ‘*buffers*’ (amortecedores) de estabilização econômica no envelhecimento das sociedades (HEMERIJCK, 2017 p.34).

Como se verifica, existiu um fortalecimento do entendimento sobre a relevância da implementação de políticas públicas de renda, as quais são fundamentais para a manutenção da segurança financeira dos cidadãos, o que, na visão de Carvalho (2020) e Hemerijck (2017), é missão do Estado de bem-estar social.

Entende-se que as políticas de renda possuem papel fundamental de proporcionar redistribuição de renda, assim como os serviços públicos, a exemplo da educação e saúde, que funcionam como políticas de redistribuição material de renda (ROSSI; DWECK; ARANTE, 2018). Parijs e Vanderborcht (2018), além disso, retratam que as políticas de renda são aquelas que possuem o maior potencial para atenuar as elevadas inseguranças econômicas e exclusões sociais do século XXI. Suplicy (2004) complementa apontado que a disponibilidade de recursos em dinheiro, via políticas de renda, consiste no desenho mais eficiente para gerar cidadania, uma vez que o grau de liberdade fornecido possibilita que as famílias escolham como atacar seus principais incômodos e promover capacidades.

Retomando os três pilares do novo Estado de bem-estar social, no pilar (1) se observa a necessidade de políticas de renda como a previdência social e o seguro-

desemprego, dando suporte à sociedade em contextos de dificuldade laboral. Pelo pilar (3), demonstra-se a ambição por políticas de transferências de renda condicionais e incondicionais, focando proteção social e investimento social.

Os tipos e objetivos das políticas de renda são sintetizados no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1: Tipos de Políticas de Renda e seus Objetivos.

Políticas	Meios	Objetivos	Autores
Renda incondicional.	Renda Básica Universal (RBU), disponível para toda a sociedade.	Mitigação da pobreza, proteção social, investimento social e impulso econômico.	Carvalho (2020); Martinelli (2020); Noel (2020); Banerjee e Duflo (2020); Saraceno, Semmler e Young (2020).
Renda condicional.	Políticas de transferência de renda condicionadas aos exercícios de bem-estar (exemplo no suporte à educação e saúde dos filhos).	Quebra do ciclo intergeracional da pobreza, mitigação da pobreza, proteção social, investimento social e impulso econômico.	Banerjee e Duflo (2020); Carvalho (2020); Pase e Melo (2017); Roque e Ferreira (2015).
Renda vinculada ao trabalho.	Previdência social, assistência social e seguro-desemprego.	Mitigação da pobreza, proteção social e impulso econômico.	Kim e Choi (2020); Botelho <i>et al.</i> (2020); Silva <i>et al.</i> (2013).

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Na sequência, debate-se a respeito do contexto econômico e orçamentário em torno das políticas públicas de renda.

2.2. Necessidade de Recursos Públicos, Disputas Orçamentárias e Austeridade

A necessidade orçamentária para a implementação de políticas públicas de RBU pode perpassar por debates complexos, envolvendo reformas tributárias progressivas para sua viabilidade financeira (CARVALHO, 2020; DE BOLLE, 2020; PARIJS; VANDERBORGHT, 2018; BANERJEE; DUFLO, 2020), a qual não é foco deste artigo. Por outro lado, as políticas de assistência na dificuldade laboral e transferência condicional, que tem sido cada vez mais utilizada (PASE; MELO, 2017), não demandam grandes mudanças tributárias e mesmo assim enfrentam resistências, principalmente devido à imposição de substituição orçamentária para suas efetivações e políticas de reformas fiscais e austeridade.

Sobre a necessidade de substituições orçamentárias, Kim e Choi (2020) investigaram se existem relações opostas entre o investimento social, incentivador do desenvolvimento, e aplicação em proteção social pelos países. Os resultados indicam que a proteção social não afeta o investimento social, embora se observe uma tendência de mudança nessa observação. No cenário das políticas de renda, Banerjee e Duflo (2020) indagam se a expansão em uma política de renda pode implicar em redução de outra.

Analisando países da OCDE, Castles (2005) identificou, entre 1990 e 2001, migração de transferências de renda para gastos com serviços públicos, em especial diante de reformas previdenciárias. Também avaliando estratégias de redistribuição entre políticas de renda e/ou serviços públicos, Kautoo (2002) relata, assim como Castles (2005), que nos anos 90 ocorreram expansões, para países da Europa Ocidental, nos serviços em detrimento as políticas de renda, em função das necessidades dos Estados de bem-estar social aplicarem em saúde, em um contexto de evolução demográfica.

Busemeyer e Garrizmann (2017), analisando o efeito da globalização sobre as ações do Estado de bem-estar social, em países da OCDE, argumentam que políticas de investimento social, como educação, tem sido mais demandas pela sociedade do que políticas de renda, a exemplo do seguro-desemprego. Por outro lado, estudando de forma desagregadas despesas de Estados da OCDE, Castles (2009) aponta que a transferência

de renda para famílias com cidadãos em idade produtiva é uma forma relevante para atacar pobreza e desigualdade.

Mais recentemente, Busemeyer e Neimanss (2017) investigaram sobre posições conflitantes entre cidadãos em diferentes condições sobre a preferência por investimentos em educação básica infantil e seguro-desemprego. As conclusões apontam que Estados de bem-estar social mais maduros possuem menos conflitos.

Tratando austeridade e neoliberalismo, a partir de 1970, após o período de valorização do Estado de bem-estar social *Keynesianos-Beveridgianos* do pós-guerras, restrições em políticas sociais voltaram a se expandir (BRESSER-PEREIRA, 2018; KERSTENETZKY; GUEDES, 2018; PIKETTY, 2014). Um dos suportes dessa nova fase de expansão neoliberal, em adição aos conceitos de liberalização dos mercados e as privatizações, é a ideia de austeridade (ROSSI; DWECK; ARANTE, 2018), que se tornou base para os debates de substituições orçamentárias e reformas fiscais.

Na visão de Salvador (2013 p. 5) “o orçamento público é um espaço de luta política, com as diferentes forças da sociedade, buscando inserir seus interesses”. Wiggan (2017) entende programas de austeridade como ações visando reduções de despesas públicas, enquanto Rossi, Dweck e Arante (2018) apresentam sendo políticas de cortes em aplicações sociais que são erroneamente interpretadas como favoráveis à geração de crescimento econômico.

Corroborando, Blyth (2017 p.22) classifica austeridade como “uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhorar cortando o orçamento do Estado (...)”. No entanto, os resultados são: (i) recessão e desemprego e elevando as desigualdades sociais, (ii) cortes tributários e (iii) expansão de serviços privados em educação e saúde.

Diante de todo o exposto, são testadas duas Hipóteses para este estudo:

- (1) Mesmo diante das políticas austeridade, as políticas públicas de renda apresentaram expansão orçamentária em sua utilização nos países da OCDE, entre 1970 e 2019;
- (2) A execução de políticas públicas de renda não resulta na redução em orçamentos de serviços públicos, quando se observa dados de 2000 a 2019, período de crescente globalização e economia tecnológica e digital;

Para testar a Hipótese (2), será utilizado o método econômico efeito *crowding-out*. Na sequência, portanto, demonstra-se brevemente sobre estudos similares.

2.3. Efeito *Crowding-out* e *Crowding-in*

O efeito *crowding-out* é um método para análise econométrica que prevê interdependência entre categorias orçamentárias dos governos no financiamento dos investimentos sociais, entendendo que quando um orçamento cresce outro diminui (KIM; CHOI, 2020). Em oposição, o efeito *crowding-in* argumenta que dois orçamentos podem crescer simultaneamente, ao passo que podem existir recursos ociosos, mal-empregados ou crescimento de investimento na economia (FERNANDEZ *et al.*, 2018).

Fernandez *et al.* (2018) avaliou se existiu efeito *crowding-out* no Brasil entre investimentos públicos e privados entre 1995 e 2014. As conclusões são que a longo prazo ocorreu efeito *crowding-in*, ou seja, houve complementariedade entre investimentos públicos e privados. Também analisando investimento econômico, Farla, De Crombrughe e Verspagen (2016) utilizaram o efeito *crowding-out* para identificar a influência de investimentos estrangeiros sobre investimentos domésticos, além do papel da governança pública sobre essa relação.

Já Hossain e Li (2014) investigaram, pelo efeito *crowding-out*, se políticas de transferência de renda podem impedir o empenho de trabalhadores no mercado de trabalho. O experimento indicou que quando existe qualidade e regularidade no trabalho, não existe efeito *crowding-out*, prevalecendo a motivação pelo trabalho. De forma semelhante, Hunt e Fund (2016) encontraram relevantes respostas sobre as relações entre poder público, empreendedores ambientais, empresários e ambientalistas, estudando o efeito *crowding-out* para políticas de preservação ambiental.

Por fim, avaliando se existe efeito *crowding-out* entre orçamentos para criação de creches e para política de idosos em países da OCDE, Bonoli e Reber (2010) concluíram pela existência do efeito, o qual é justificado pela maior facilidade em criar investimentos para educação infantil, uma vez que as políticas públicas para idosos se defrontam com os orçamentos já destinados para sistemas de previdência e pensão.

3. METODOLOGIA

Este artigo se caracteriza pela abordagem quantitativa de pesquisa e se utiliza de técnicas analíticas.

3.1. Coleta de Dados e Descrição das Variáveis

Foram apropriados dados secundários sobre benefícios sociais em renda e em espécie, predominantemente em serviços de educação e saúde, disponibilizados pela OCDE, a base de dados é formada pelos 38 países membros da OCDE, mais os 4 países participantes (Brasil, África do Sul, Indonésia e China) e a Rússia que não é membro e nem participantes, mas também possui dados na pesquisa da OCDE.

Foram coletadas informações sobre políticas de renda desagregadas, aposentadoria e pensão, transferência condicional de renda e auxílio-desemprego, ademais, foram utilizadas. O Quadro 2 descreve sobre origem e período dos dados utilizados.

Quadro 2: Descrição das variáveis.

Variável	Código	Estudo OCDE	Descrição	Período
<i>Políticas de renda geral</i>	PRenda	Benefícios sociais para famílias, em dinheiro.	Transferência em dinheiro para diferentes fins. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1970-2019
<i>Serviços públicos</i>	ServiçoP.	Benefícios sociais para famílias, em espécie.	Transferências em espécie relacionadas ao fornecimento de bens ou serviços. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1970-2019
<i>Aposentadoria e pensão</i>	AeP.	Gastos com pensão.	Prestações relacionadas a velhice. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1980-2017
<i>Auxílio Desemprego</i>	AuxDes.	Gastos públicos com o desemprego.	Auxílio durante desemprego. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1980-2017
<i>Transferência de renda condicionada</i>	Transf.R	Família beneficiada com gastos públicos, em dinheiro.	Transferências de dinheiro para apoio ao investimento em educação e saúde e isenções fiscais. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1980-2017

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, com base em OCDE 2021.

Este estudo se utiliza, ainda, de variáveis de controle para os testes estatísticos e avaliações econométricas executadas, as quais estão disponíveis no Quadro 4.

Quadro 4: Variáveis de controles.

Variável	Código	Descrição	Período	Relação Teórica
<i>Desemprego</i>	TDesemp.	Este indicador é medido em números de pessoas desempregadas como porcentagem da força de trabalho.	2000-2019	Níveis de desemprego estão associados às despesas com proteção social, como o seguro-desemprego.
<i>Demografia</i>	PIA	A população em idade ativa é definida como aquela com idade entre 15 e 64 anos.	2000-2018	A condição demográfica está relacionada às políticas de renda, principalmente no que se refere aos sistemas de previdência e pensão. Os serviços de saúde, por exemplo, também são afetados.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, com base em OCDE 2021.

Na sequência, aborda-se a operacionalização das variáveis apresentadas, com fins nos objetivos e hipóteses deste estudo.

3.2. Operacionalização dos Resultados

Para testar a Hipótese 1, a qual procura indicar que ‘Mesmo diante das políticas austeridade, as políticas públicas de renda apresentaram expansão orçamentária em sua utilização nos países da OCDE, entre 1970 e 2019, são executadas análises descritivas e gráficas, visando observar as variações dos dados ao longo do tempo. É importante ressaltar que neste momento os dados de políticas públicas de renda e serviços públicos são apresentados a partir das médias dos percentuais dos PIBs investidos pelos países membros da OCDE.

Na sequência, para avaliar a Hipótese 2, a qual aponta que ‘A execução de políticas públicas de renda não resulta na redução em orçamentos de serviços públicos, quando se observa dados de 2000 a 2019, período de crescente globalização e economia tecnológica e digital’, são realizados testes estatísticos e econométricos para dados em painel, sendo que as avaliações em painel compreendem a combinação de análises com dados temporais, de 2000 a 2019, e espaciais, 43 países membros da OCDE (*cross section*). Na visão de Hsiao (1986), os dados em painel favorecem o controle mais efetivo dos efeitos são observáveis e a identificação de resultados improváveis para séries temporais e espaciais isoladas.

A avaliação econométrica de *crowding-out*, neste estudo, segue os caminhos traçados e defendidos por Kim e Choi (2020), a partir de quatro etapas: (1) Análise Estatística Descritiva (AED); (2) Análise de Correlação; (3) Teste de Causalidade de Granger para dados em painel e (4) Regressão em dados em painel, no caso deste artigo com o Método de Momentos Generalizados (*System GMM*), para observar a robustez dos resultados.

O teste causalidade de *Granger* trabalha com base em relações preditivas, nas quais o passado pode afetar o presente e o futuro, entre duas variáveis para dados em painel. Portanto, o referido teste representa uma evolução dos testes de correlação, no qual se utiliza da relação de valores presentes e passados das variáveis (GRANGER, 1969). São encontradas causalidades ou previsões em testes com níveis de significância menores que 0,05. Para que a aceitação da Hipótese 2 de não existência de efeito

crowding-out, espera-se que veja verificada causalidade bidirecional, ou seja, com os serviços públicos causando políticas públicas de renda assim como as políticas de renda causando os serviços públicos.

No presente estudo, o teste de causalidade de *Granger* também é utilizado com base no método desenvolvimento por Dumitrescu e Hurlin (2012) para dados em painel heterogêneos, o qual é interessante para comparações entre países pela possibilidade de observações de causalidade individual por país. É importante ressaltar que o modelo de Dumitrescu e Hurlin (2012) demanda que os dados sejam balanceados, o que resultou na necessidade de retirada de alguns países.

A Regressão em painel, por fim, favorece a associação entre uma variável dependente e variáveis independentes. A utilização do painel dinâmico pelo modelo de painel curto GMM é relevante para quando não se tem certeza sobre a normalidade das distribuições dos dados e diante de possível endogeneidade (quando existe correlação entre a variável dependente e o erro), o que é comum em dados econômicos como cita Silva e Cabral (2021). Para solucionar tais dificuldades, são aplicadas defasagens nas variáveis dependentes e independente (ARELLANO; BOND, 1991). É importante destacar que foi aplicado o modelo de painel curto *System* GMM que procura minimizar vieses e apresentar estimações mais eficientes, sendo, portanto, um aperfeiçoamento desenvolvido por Blundell e Bond (1998) para o método GMM.

Apresenta-se a Equação (1), abaixo, que contempla as variáveis principais do estudo, sendo a *PRenda* variável dependente e a variável *ServiçoP* independente, assim como as variáveis de controle:

$$(1) \quad PRenda_{it} = \alpha_i + \beta_1 PRenda_{it-1} + \beta_2 ServiçoP_{it} + \beta_3 TDesemp_{it} + \beta_4 PIA_{it} + e_{it}$$

Destaca-se, ainda, que foi estimado o *System* GMM em um estágio, com controle dos excessos de instrumentos (comando STATA “*collapse*”), ajuste para amostras pequenas (comando STATA “*small*”) e desvios ortogonais (STATA comando “*orthogonal*”), assim como também fizeram Caixe (2014), Lima *et al.* (2021) e Silva e Cabral (2021) (ROODMAN, 2009).

Para validação do modelo *System* GMM foi utilizado o teste de *Hansen*, que analisa a validade dos instrumentos em relação a não correlação com o termo de erro e exclusão das variáveis endógenas, e o teste de *Arellano e Bond* de autocorrelação serial, responsável por observar autocorrelações de primeira e segunda ordem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Avanço Temporal do Orçamento das Políticas Públicas de Renda em Países da OCDE: 1970 a 2019

Os dados da década de 1970 são limitados (Apêndice 1), estando disponibilizados apenas informações de 5 países (Austrália, Finlândia, França, Coreia e Estados Unidos). Contudo, como se verifica na Figura 1, de 1970 até 1979 o percentual médio do PIB aplicado pelos países descritos em políticas de renda, cresceu de 3,52% para 8,36%, o que representou a maior expansão para as 5 décadas estudadas (137,50%), com a ressalva de que o reduzido escopo de análise facilita a expansão da média, assim como a inclusão de dados da Finlândia em 1975 e da França apenas em 1978, sendo esse último o maior

aplicador de percentual do PIB para políticas de renda no período descrito (aproximadamente 15%).

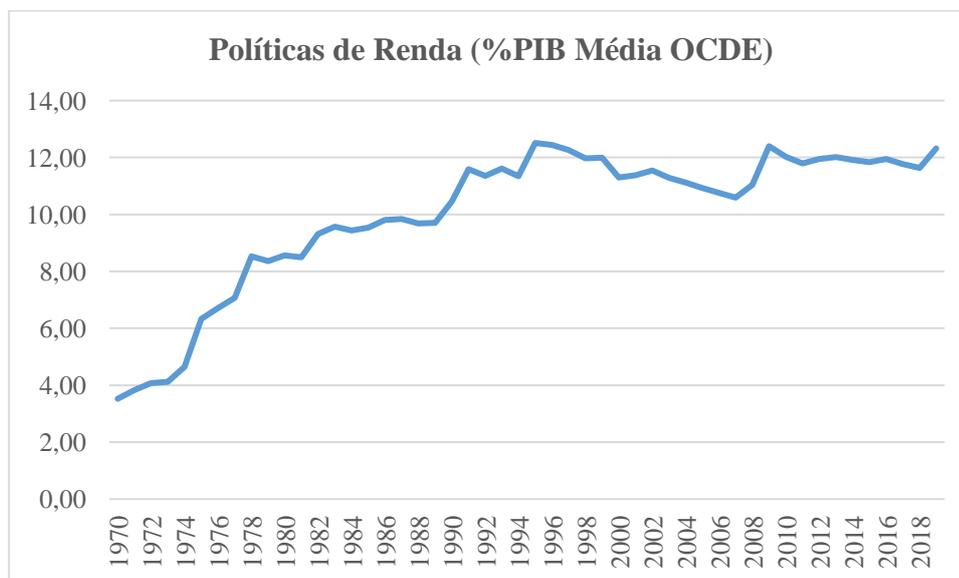


Figura 1: Evolução temporal das políticas públicas de renda em países da OCDE.
Fonte: OCDE.

Não foram encontrados estudos na literatura que fizeram análises semelhantes para a década de 1970. Todavia, o panorama de fortalecimento do neoliberalismo no período, pode ter colaborado para as taxas de investimento público em políticas de renda relativamente baixas para o período (HEMERIJCK, 2017; PIKETTY, 2014). Ademais, as condições demográficas de envelhecimento populacional, que reforçam principalmente a necessidade de programas de previdência e pensão, expandiram-se bastante desde então. O cenário não foi diferente para o espaço temporal entre 1980-1994. Os dados para 9 países (Apêndice 2) indicam expansão em percentual do PIB em 32,59%, tendo destaque a elevação da aplicação na Finlândia e inclusão e expansão dos investimentos realizados pelo Reino Unido e Canadá.

A partir de 1995, o escopo de análise com países da OCDE ganha bastante potencial, ao passo que a avaliação passa a contemplar todos os 43 países da organização (Apêndice 3). Da mesma forma que apontaram Castles (2005) e Kautto (2002), observam-se quedas em percentual do PIB sobre os investimentos em políticas de renda, de cerca de 12% do PIB em 1994/1995 para 10% em 2005/2006. O contexto austero e possível substituição por aplicações em serviços públicos podem ser explicações plausíveis (CASTLES, 2005; KAUTTO, 2002; KHOMA; VDOVYCHYN, 2020; KIM; CHOI, 2020; ROSSI; DWECK; ARANTE, 2018).

Após 2007, por outro lado, é visível uma mudança de direção em termos de investimentos sociais e proteção social por políticas de renda. Ocorreu elevação do percentual do PIB à posição próxima à média visualizada em 1994/1995 e manutenção desse nível, de aproximadamente 12%, do PIB até 2019.

Pelo entendimento de Castles (2009), da importância das políticas de transferência de renda, e de Pase e Melo (2017), da evolução das políticas de transferência condicional de renda, poderia se afirmar pela valorização dessas políticas no período. Contudo, Noel (2019) argumenta que conjunturas econômicas complexas vêm afetando os investimentos em políticas de transferência de renda. Desse modo, torna-se relevante verificar de forma desagregada as políticas de renda nos países da OCDE, o que é realizado pela Figura 2.

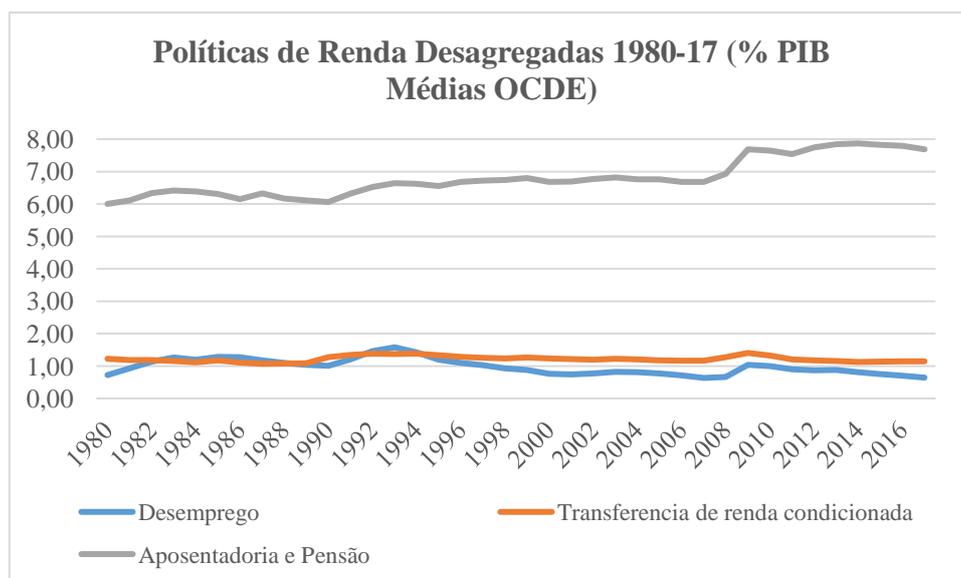


Figura 2: Políticas de renda desagregadas.
Fonte: OCDE.

Constata-se que expansão na aplicação em políticas públicas de renda, a partir de 2006, teve maior vínculo com políticas públicas de previdência social e pensão, enquanto houve leve redução em auxílio-desemprego e manutenção do percentual no PIB, na média dos países da OCDE, investidos em políticas de transferência de renda. Avanços demográficos, medidas de austeridade e complexidades econômicas podem ser explicações (CASTLES, 2005; NOEL, 2019; ROSSI; DWECK; ARANTE, 2018). Além disso, há possibilidade de existirem disputas internas entre as políticas de renda, com a expansão das políticas de previdência e pensão limitando as demais (BONOLI; REBER, 2010; BANERJEE; DUFLO, 2020).

A priorização por investimentos em serviços públicos, em detrimento às políticas de renda, dialogadas por Busemeyer e Garrizmann (2017), no panorama contemporâneo de globalização e economia digital, ademais, podem ter influência nesses resultados. Assim, na sequência, trata-se sobre o efeito *crowding-out* entre políticas de renda e serviços públicos no período entre 2000 e 2019, o qual não foi contemplado nos estudos de Castles (2005) e Kautto (2002).

4.2. Efeito *Crowding-out* (exclusão) entre Políticas Públicas de Renda e Serviços Públicos

A partir do Quadro 5, debate-se sobre características e comportamentos das variáveis utilizadas neste estudo para análise do efeito *crowding-out* sobre políticas de renda e serviço público, entre 2000 e 2019.

Quadro 5: Análise Exploratória de Dados (AED).

Variáveis	Obs	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Curtose	Assimetria	Normalidade
<i>PRenda</i>	794	1,45	20,62	11,71	4,70	-0,71	-0,35	Não
<i>ServiçoP.</i>	722	4,54	19,39	11,06	3,16	-0,04	0,34	Não
<i>TDesemp.</i>	709	1,90	27,65	7,65	4,05	4,22	1,79	Não
<i>PIA</i>	817	59,70	73,80	66,79	2,57	0,29	0,23	Não

Fonte: Elaboração Própria.

Embora as variáveis *PRenda* e *ServiçoP.* apresentem medidas de curtose e assimetria próximas a zero, os desvios padrões elevados indicam dispersões das

distribuições. A variável TDesemp. possui tanto desvio padrão elevado, quanto medida de curtose e assimetria distantes de zero. Nesse contexto, todas as variáveis, exceto a PIA, indicam não normalidade nas distribuições, o que foi confirmado pelos testes de *kolmogorov-smirnov* e *shapiro-wilk*, testes esses que também indicaram não normalidade para o indicador PIA.

Prosseguindo nas análises dos resultados, apresenta-se, pela Figura 3, a expansão temporal da relação entre os investimentos sociais em políticas de renda e serviços públicos, no período entre 2000 e 2019, pela média dos países da OCDE. Ressalta-se que são expostas, pelos Apêndices 4 e 5, as alterações para os 43 países da OCDE na aplicação em serviços públicos. De forma geral, destaques são verificados em Estados de bem-estar social do norte europeu, como Suécia e Dinamarca, enquanto países como Brasil, México e EUA investem aproximadamente 1/3 do percentual do PIB aplicado pelos primeiros.

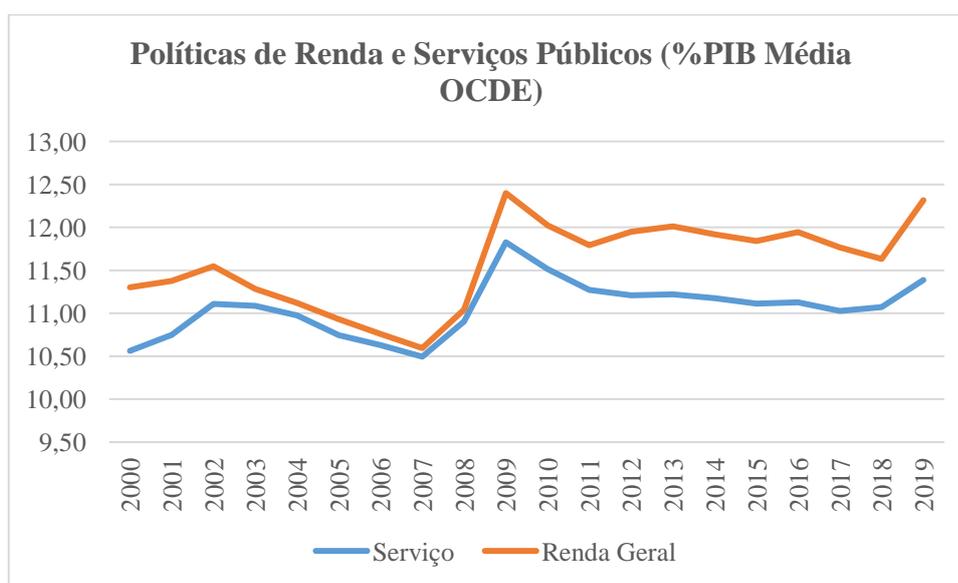


Figura 3: Políticas de renda e serviços públicos.

Fonte: OCDE.

Evidencia-se, pela média dos percentuais do PIB aplicados pelos 43 países da OCDE indicada na Figura 3, a princípio, uma proximidade entre os movimentos para ambas as variáveis. Situação oposta à verificada por Castles (2005) e Kautoo (2002) para países da OCDE na década de 90 e Busemeyer e Garritzmann (2017) nos anos 2000, que apontaram para a expansão dos serviços em detrimento a renda. Assim, com a finalidade de avaliar a Hipótese (2), a qual procura ‘analisar se existe efeito *crowding-out* (exclusão) entre orçamentos de políticas de renda e investimentos sociais em serviços públicos, como educação e saúde, em países da OCDE de 2000 a 2019’, realiza-se o teste de efeito *Crowding-out*, começando pelos testes de correlações, a exemplo de Kim e Choi (2020).

Demonstram-se, pela Tabela 1, os resultados das correlações entre as variáveis Serviços Públicos (ServiçoP.) e Políticas Públicas de Renda (PRenda) por década de análise. É importante relatar que a partir deste momento não são mais utilizadas as médias dos países da OCDE, como no item 4.1, mas sim todas as observações para os 43 países nos 20 anos de avaliação, o que deixa mais confiável o diagnóstico estatístico.

Tabela 1: Correlações de Pearson entre ServiçoP e PRenda por período.

Correlação de Spearman	2000 -2009	2010 -2019	2000 - 2019
<i>ServiçoP. & PRenda</i>	0,473**	0,399**	0,396**
	0,000	0,000	0,000

**Correlação significativa no nível de confiança de 0,01;

Fonte: elaboração própria.

Nota-se a existência de relação direta e mediana entre ambos os investimentos sociais, como aponta a correlação geral (2000-2019) indicando *Crowding-in.*, embora possa ser observada uma perda dessa força na última década, o que pode representar uma tendência de *Crowding-out* futura. Apenas os resultados anteriores, no entanto, são insuficientes para as confirmações pretendidas neste estudo. Assim, na sequência, debate-se os resultados dos testes de causalidade de *Granger* com dados em painel.

Tabela 2: Causalidade de Granger entre ServiçoP e PRenda por período.

Causalidade de Granger		2000 -2009	2010 -2019	2000 – 2019	2000-2019 (Dumitrescu e Hurlin (2012))
<i>PRenda & ServiçoP.*</i>	Obs.	274	299	645	640
	Prob.	0,029	0,606	0,000	0,000
<i>ServiçoP. & PRenda*</i>	Obs.	274	299	645	640
	Prob.	0,298	0,106	0,014	0,000

Fonte: elaboração própria. *A variável dependente é apresentada primeiro em cada teste.

Nos testes de causalidade de *Granger*, apresentados na Tabela 2, o *p-valor* (*prob.*) quando menor que 0,05 indica causalidade ou precedência entre as variáveis. Portanto, os resultados nas correlações foram corroborados pelos testes de causalidade de *Granger*, ao passo que no período geral (2000-2019), tanto as políticas públicas de renda causaram ou procederam os serviços públicos quando o oposto também se confirmou. Assim, observou-se causalidade bidirecional entre as variáveis. Com relação ao mesmo período, ademais, a causalidade de *Granger* pelo modelo heterogêneo de Dumitrescu e Hurlin (2012), importante para comparações entre países, confirmou os resultados.

Quando se observada os períodos reduzidos, por outro lado, verificam-se resultados diferentes. Para o período de 2000-2009, os serviços públicos apresentaram causalidade ou precedência sobre as políticas públicas de renda, sendo que a situação oposta não foi verificada, apontando causalidade unidirecional. Para o espaço temporal 2010-2019, não houve causalidade ou precedências nas relações entre as variáveis. Entende-se, nesse contexto, pelos testes de causalidade de *Granger*, que não existe efeito *crowding-out*, entre 2000 e 2019 nos países da OCDE, entre as políticas de renda e os serviços públicos, contudo a tendência é percebida, principalmente quando se analisa os resultados de 2010-2019.

Na sequência, pela Tabela 3 são expostos os resultados das correlações de *Spearman* para as variáveis da Equação (1) de regressão em painel *System GMM*.

Tabela 3: Correlações entre todas as variáveis do estudo.

Variáveis	<i>ServiçoP.</i>	<i>PRenda</i>	<i>TDesemp.</i>	<i>PIA</i>
<i>ServiçoP.</i>	1	-	-	-
<i>PRenda</i>	0,396**	1	-	-
<i>TDesemp</i>	-0,085*	0,311**	1	-
<i>PIA</i>	-0,208**	-0,146**	0,219**	1

Fonte: elaboração própria.

Além das relações já abordadas entre as variáveis *PRenda* e *ServiçoP.*, observa-se que todas as variáveis independentes apresentaram correlação com a variável dependente *PRenda*, favorecendo o teste da Equação (1), preestabelecida. O painel desenvolvido e

testado neste estudo, portanto, para analisar a relação de causa e efeito entre as políticas de renda e os serviços públicos nos países da OCDE, entre 2000 e 2019, foi formado pela PRenda, como variáveis dependente, e as variáveis: ServiçoP, PIA e TDesemp. sendo variáveis independentes, das quais, com exceção do ServiçoP., as demais são incluídas como de controle, haja vista o objetivo deste estudo.

A Equação (1) foi validada com p -valor ($prob >f$) = 0,000; teste de *Hansen* = 0,404, e o teste de *Arellano e Bond* de primeira ordem = 0,006 e de segunda ordem = 0,675, após geração da regressão em painel *System GMM* com 566 observações (35 países e 20 anos de análise). A tabela 4 apresenta os coeficientes e o p -valor ($prob >f$) para cada variável e a constante.

Tabela 4: Resultados da Regressão em painel *System GMM*.

PRenda	Coef.	Erro Padrão	t	p>[t]	Int. Conf. 95%	
<i>PRenda LI.</i>	0,826	0,079	10,43	0,000	0,665	0,987
<i>ServiçoP.</i>	1,296	0,107	12,08	0,000	1,078	1,514
<i>ServiçoP LI.</i>	-1,126	0,102	-11,05	0,000	-1,333	-0,919
<i>TDesemp.</i>	0,090	0,031	2,91	0,006	0,027	0,153
<i>PIA</i>	-0,748	0,270	-0,28	0,783	-0,623	0,473
<i>Const.</i>	0,158	1,237	0,25	0,899	-2,356	2,674

Fonte: elaboração própria.

A análise dos dados demonstra que o percentual do PIB aplicado em políticas de renda é explicado em 82,6% pelo investimento do ano anterior. É importante ressaltar que tal resultado foi validado após apresentar valores intermediário em comparação aos produtos dos painéis com efeito fixo e *Ordinary Least Squares* (OLS).

Verificou-se, ademais, relações significativas para as variáveis de políticas de renda e serviços públicos em linha, com relação positiva, confirmando a causalidade. Contudo, a avaliação defasada em um ano indica relação significativa e negativa, na qual o investimento em renda caminha na direção oposta ao investimento no ano seguinte em serviço público, situação de *crowding-out*. Enquanto Busemayer e Garritzmann (2017), Castles (2005) e Kautto (2002) identificaram migração de recursos de políticas de renda para serviços públicos, os resultados anteriores podem apontar na direção oposta, ou seja, tendência de transferências de recursos de serviços para políticas de renda.

Outra relação significativa foi a causalidade entre as políticas de renda e a taxa de desemprego, o que está de acordo com o entendimento de que a elevação da taxa de desemprego explica aumentos das aplicações em políticas de renda, em especial no auxílio-desemprego.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam a expansão das políticas de renda, o que permite aceitar a Hipótese 1, apontando que ‘mesmo diante das políticas austeridade, as políticas públicas de renda apresentaram expansão orçamentária em sua utilização nos países da OCDE, entre 1970 e 2019’. Apesar dos resultados anteriores, entendeu-se que há possibilidade de disputas orçamentárias ‘internas’ dentro das políticas de renda, ao passo que as elevações estão vinculadas principalmente às políticas de previdência e pensão, o que pode limitar a valorização orçamentária das outras políticas de renda estudadas.

Com base nos testes de correlação e causalidade de *Granger*, além disso, ficou evidente que não existiu, entre 2000 e 2019, relações de exclusão (*crowding-out*) entre as

políticas de renda e os serviços públicos, embora possa haver uma tendência futura nesse sentido. A análise em painel *system GMM* confirmou a robustez da relação de causalidade entre as políticas de renda e serviços públicos, entretanto apontou, quando considerados os dados defasados, para um cenário de mudança para *crowding-out*, mais do que a tendência vista pela causalidade de *Granger*.

A despeito da Hipótese 2, dessa forma, foi realizada descoberta mista, indicando a vivência de um período de complexidade e transformação em cenários socioeconômicos e trabalhistas, o que exige atenção e entendimento dos governantes e formuladores de políticas públicas, tornando-se necessárias avaliações sobre os orçamentos, políticas de austeridade fiscal e reformas em sistemas tributários, findando a manutenção e valorizações tanto das políticas de renda como dos serviços públicos.

Verificou-se que a eminente tendência de *crowding-out* implicaria na retirada de recursos dos serviços públicos para o investimento em políticas de renda, oposto ao que a literatura presente neste estudo aponta. Pode-se entender que o período de complexidade e transformação está ligado à expansão demográfica, percebida com a elevação dos investimentos em previdência e pensão, bem como por informalidades e reduções de vagas no mercado de trabalho.

Este estudo contribuiu ao realizador o debate sobre as relações entre serviços públicos e políticas de renda com dados no século XXI, diante de contextos diferentes dos visualizados em estudos anteriores e inclusão de uma ampla base de dados, favorecendo trabalhos futuros na área. Como limitação, destaca-se a construção metodológica que não permite explorações mais aprofundadas dos achados.

REFERÊNCIAS

- ARELLANO, Manuel; BOND, Stephen. Some tests of specification for panel data: monte carlo evidence and an application to employment equations. *Review of Economic Studies*, v. 58, n. 2, p. 277–297, 1991.
- BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. *Boa economia para tempos difíceis. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, [S.l: s.n.], 2020.*
- BLUNDELL, Richard; BOND, Stephen. GMM Estimation with persistent panel data: An application to production functions. *Econometric Reviews*, v. 19, n. 3, p. 321–340, 1998.
- BLYTH, Mark. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa. Trad. José Antônio Freitas e Silva. São Paulo, Autonomia Literária. [S.l: s.n.], 2017.*
- BONOLI, Giuliano; REBER, Frank. The political economy of childcare in OECD countries: Explaining cross-national variation in spending and coverage rates. *European Journal of Political Research*, v. 49, n. 1, p. 97–118, 2010.
- BOTELHO, L. H. F. *et al.* Análise do Acesso às Políticas Sociais, Desenvolvimento e Igualdade nas Capitais dos Estados Brasileiros. *XLIV ENCONTRO DA ANPAD - EnANPAD 2020 Evento on-line - 14 a 16 de outubro de 2020 - 2177-2576 versão online*, 2020.
- BOTELHO, L.H.F. Reflexões sobre as incidências tributárias no Brasil e suas relações com o desenvolvimento with the national socioeconomic development. v. 54, n. 1, p. 126–133, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Capitalismo financeiro-rentista. *Estudos Avancados*, v. 32, n. 92, p. 17–29, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Depois do capitalismo financeiro-rentista, mudança estrutural à vista? *Novos Estudos CEBRAP*, v. 36, n. 1, p. 137–151, 2017.
- BROOKS, D. Biden propõe investimento público que rompe com consenso neoliberal

dos últimos 40 anos nos EUA. *La Jornada.*, 2021.

BUSCARIOLLI, B.; EMERICK, J. *Econometria com EViews: guia essencial de conceitos e aplicações*. Saint Paul editora. [S.l: s.n.], 2011.

BUSEMEYER, Marius R.; GARRITZMANN, Julian L. *The effect of economic globalization on compensatory and social investment policies compared: a multi-level analysis of oecd countries*. [S.l: s.n.], 2017.

BUSEMEYER, Marius R.; NEIMANNNS, Erik. Conflictive preferences towards social investments and transfers in mature welfare states: The cases of unemployment benefits and childcare provision. *Journal of European Social Policy*, v. 27, n. 3, p. 229–246, 2017.

CAIXE, Daniel Ferreira. Relação entre governança corporativa e valor de mercado: mitigando problemas de endogeneidade. *BBR - Brazilian Business Review*, v. 11, n. 1, p. 96–117, 2014.

CARVALHO, Laura. *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*. São Paulo: *Todavia*. [S.l: s.n.], 2020.

CASTLES, F. G. Social expenditure in the 1990s: Data and determinants. *Policy & Politics*, v. 33, n. 3, p. 411–430, 2005.

CASTLES, F. G. What welfare states do: A disaggregated expenditure approach. *Journal of Social Policy*, v. 38, n. 1, p. 45–62, 2009.

DE BOLLE, M. B. *A pilha de areia: ruptura*. Rio de Janeiro: *Intrínseca*. [S.l: s.n.], 2020.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*, n. 27, p. 220–254, 2011.

DUMITRESCU, Elena Ivona; HURLIN, Christophe. Testing for Granger non-causality in heterogeneous panels. *Economic Modelling*, v. 29, n. 4, p. 1450–1460, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.econmod.2012.02.014>>.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton, Princeton university press, 1990. [S.l: s.n.], 1990. .

ESPING-ANDERSEN, G. et al. *Why we need a new welfare state*. Oxford: Oxford University Press,. [S.l: s.n.], 2002.

FARLA, Kristine; DE CROMBRUGGHE, Denis; VERSPAGEN, Bart. Institutions, Foreign Direct Investment, and Domestic Investment: Crowding Out or Crowding In? *World Development*, v. 88, p. 1–9, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.04.008>>.

FERNANDEZ, Rodrigo Nobre et al. Análise dos Efeitos Crowding-in e Crowding-out para a Economia Brasileira. *SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, v. 21, n. 2, p. 71–80, 2018.

GRANGER, C. W. J. Investigating causal relations by econometric models and cross-spectral methods. *Econometrica: Journal of the Econometric*, v. 37, n. 3, p. 424–438, 1969.

HAIR JR., J. et al. *Análise Multivariada de Dados*. 5ª Edição, Porto Alegre: Bookman. [S.l: s.n.], 2005.

HEMERIJCK. A Revolução silenciosa do paradigma de investimento social na União Europeia. *RODRIGUES, P.H. de A.; SANTOS, I. S. (Org). Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências*. Editora Hucitec. [S.l: s.n.], 2017. p. 25–60.

HOBSBAWM, Eric J. Rumo ao abismo econômico. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras,. [S.l: s.n.], 1995. .

HOSSAIN, Tanjim; LI, King King. Crowding out in the labor market: A prosocial setting is necessary. *Management Science*, v. 60, n. 5, p. 1148–1160, 2014.

HSIAO, C. *Analysis of panel data*. Cambridge: Cambridge University Press, [S.l.: s.n.], 1986.

HUNT, Richard A.; FUND, Bret R. Intergenerational Fairness and the Crowding Out Effects of Well-Intended Environmental Policies. *Journal of Management Studies*, v. 53, n. 5, p. 878–910, 2016.

KAUTTO, Mikko. Investing in services in West European welfare states. *Journal of European Social Policy*, v. 12, n. 1, p. 53–65, 2002.

KERSTENETZKY, Celia Lessa; GUEDES, Graciele Pereira. O Welfare State resiste ? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE Is the Welfare State resisting ? Recent developments of the social state in OECD countries. *Ciencia e Saude Coletiva*, v. 23, n. 7, p. 2095–2106, 2018.

KHOMA, Nataliya; VDOVYCHYN, Ihor. Deconstruction of the welfare state: The impact of globalization and technological factors. *Revija Za Socijalnu Politiku*, v. 27, n. 3, p. 269–285, 2020.

KIM, Yun Young; CHOI, Young Jun. Does social protection crowd out social investment? *Policy and Society*, v. 39, n. 2, p. 208–225, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14494035.2019.1677377>>.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem. 1 ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2018*. [S.l.: s.n.], 2018.

LIMA, Aparecida de Fátima Alves De *et al.* Comportamento da estocagem de liquidez: um estudo comparativo entre empresas brasileiras domésticas e multinacionais/ Liquidity stocking behavior: a comparative study between domestic and multinational brazilian companies. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 4, p. 40725–40308, 2021.

MARTINELLI, L. A. A Basic Income Trilemma: Affordability, Adequacy, and the Advantages of Radically Simplified Welfare. *Journal of Social Policy*, v. 49, n. 3, p. 461–482, 2020.

NOEL, A. The Politics of Minimum Income Protection in OECD Countries. *Journal of Social Policy*, v. 4, n. 2, p. 227–227, 2019.

OCDE. Declaração do Secretário-Geral da OCDE, Mathias Cormann, sobre o resultado da Reunião de Ministros das Finanças do G7. 2021. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/statement-from-oecd-secretary-general-mathias-cormann-on-the-outcome-of-the-g7-finance-ministers-meeting.htm>>.

PARIJS, V. P.; VANDERBORGHT, Y. *Renda básica: uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã*. São Paulo: Cortez. [S.l.: s.n.], 2018.

PASE, Hemerson Luiz; MELO, Claudio Corbo. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. *Revista de Administracao Publica*, v. 51, n. 2, p. 312–329, 2017.

PIKETTY, T. *Capital e Ideologia. Edição 1, Rio de Janeiro: Intrínseca*. [S.l.: s.n.], 2020.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI. Edição 1, Rio de Janeiro: Intrínseca*. [S.l.: s.n.], 2014.

RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade; MIRANDA, Cinthia Barros dos Santos. Capital social e o acesso à proteção social. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 1, p. 79–91, 2019.

ROODMAN, David. How to do xtabond2: An introduction to difference and system GMM in Stata. *Stata Journal*, v. 9, n. 1, p. 86–136, 2009.

ROQUE, Daiane Medeiros; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O que realmente

importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. *Saúde e Sociedade*, v. 24, p. 1193-1207, 2015.

ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTE, F. Economia Política da Austeridade. *ECONOMIA PARA POUCOS: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil*. Editora autonomia literária, São Paulo-SP. [S.l: s.n.], 2018. .

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Serviço Social em Revista*, v. 14, n. 2, p. 4–22, 2013.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. *Serviço Social & Sociedade*, n. 130, p. 426–446, 2017.

SARACENO, Francesco; SEMMLER, Willi; YOUNG, Brigitte. European economic, fiscal, and social policy at the crossroads. *Constellations*, v. 27, n. 4, p. 573–593, 2020.

SILVA, Lara Lúcia Da *et al.* A previdência social brasileira como instrumento de política pública. p. 1–19, 2013.

SILVA, Felipe Queiroz; CABRAL, Bernardo Pereira. P&D e Produtividade na Indústria de Saúde Humana no Mundo. p. 1210–1223, 2021.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda Básica de Cidadania: a saída é pela porta*. 3^o edição. São Paulo: Cortez Editora. [S.l: s.n.], 2004.

WIGGAN, Jay. Contesting the austerity and “welfare reform” narrative of the UK Government Forging a social democratic imaginary in Scotland. 2017.

WISPELAERE, Jurgen De; STIRTON, Lindsay. When Basic Income Meets Professor Pangloss: Ignoring Public Administration and Its Perils. *Political Quarterly*, v. 88, n. 2, p. 298–305, 2017.